

PUBLICJUD - Publicação de Editais de Leilões Judiciais

www.publicjud.com.br

Visualização gerada em: 10/06/2025 10:51:51

Usuário: Benito Tomaz Vicensotti | BENITO140054

Endereço: <http://www.publicjud.com.br/publicar/concluido/99021>

Código	99021		
Justiça	VARA DO TRABALHO DE ITAPEVA/SP	Vara	VARA DO TRABALHO DE ITAPEVA/SP
Cidade/UF	ITAPEVA/SP	Disponibilizar em:	10/06/2025
Primeiro Leilão	06/06/2025 12:00:00	Último Leilão	02/12/2025 17:00:00
Link Leilão	https://benitosolucoesjudiciais.com.br	Situação	Pendente de Liberação
Categorias	Automóveis		
Fotos de Bem(ns)			
Anexo	20250610105136_EDITAL_0010720_76.2019.5.15.0047.pdf		
Cadastrado em:	10/06/2025 10:51:23		
Visualizações:	0		

PROCESSO Nº 0010720-76.2019.5.15.0047 – DA VARA DO TRABALHO DE ITAPEVA/SP.

EXEQUENTES: ELIETE APARECIDA COSTA RIBEIRO E OUTROS (1).

EXECUTADO: MARCO ANTONIO AUGUSTO PIMENTEL E OUTROS (2).

BENITO TOMAZ VICENSOTTI, Corretor Judicial, devidamente credenciado no E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), inscrito no CRECI nº 78.903-F/SP, Site: <https://benitosolucoesjudiciais.com.br/>, (<https://benitosolucoesjudiciais.com.br/>) E-mail: benito@benitosolucoesjudiciais.com.br;
(<https://d.docs.live.net/dcd5996b132e894f/%C3%81rea%20de%20Trabalho/DOCS%20COMPARTILHADO%20L%C3%8DVIA/I%C3%ADvia%2019-07/benito@benitosolucoesjudiciais.com.br>); Facebook: <https://www.facebook.com/benitosolucoesjudiciais>
(<https://www.facebook.com/benitosolu%C3%A7oesjudiciais>) e Instagram: <https://www.instagram.com/benitosolucoesjudiciais>
(<https://www.instagram.com/benitosolu%C3%A7oesjudiciais>). Fones: (19) 3896-1400, (19) 99919-2010, com escritório estabelecido a Rua Eduardo Selingardi, nº 115, Colina da Paineira, na cidade de Santo Antônio de Posse/SP, CEP: 13.833-118, na qualidade de Corretor Judicial, devidamente Habilitado no TRT-15, nomeado para a alienação judicial do bem penhorado nos autos supra discriminados, nos termos do §2º do artigo 2º do Provimento GP-CR nº 04/2014 TRT-15, publica o presente Edital para ciência das partes e terceiros interessados de que, no período de 06/06/2025 às 12:00 hs, até 02/12/2025 às 17:00 hs, estará aberto procedimento de VENDA DIRETA para os bens descritos e caracterizados abaixo, na modalidade exclusivamente ELETRÔNICA, com recebimentos das propostas via online através do site: www.benitosolucoesjudiciais.com.br (<http://www.xn--benitosolucoesjudiciais-86b.com.br>). A presente venda se dará nos Termos deste Edital.

IDENTIFICAÇÃO DO BEM: Veículo Fiat/Uno Sporting 1.4, 2013/2014, placa FLV5593.

DESCRIÇÃO DO BEM: Veículo Fiat/Uno Sporting 1.4, 2013/2014, placa FLV5593, cor prata, km 275.225, pneus meia vida, em bom estado de conservação e funcionamento, estofamento em bom estado, encontrado no endereço residencial da executada, onde fica guardado e foi apresentado na Vara do Trabalho para diligência.

DATA DA AVALIAÇÃO: 29/05/2024

PERCENTUAL DA PENHORA: 100,00%

VALOR TOTAL PENHORADO: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

ÔNUS/OBSERVAÇÃO: Consta MULTAS em aberto no montante de R\$285,88 (duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Consta BLOQUEIO RENAJUD no processo sob o nº0010720-76.2019.5.15.0047.

CONDIÇÕES DA ALIENAÇÃO JUDICIAL

1. PRAZO: o procedimento para a realização da venda direta não deverá exceder o prazo de 180 dias;
2. VALOR MÍNIMO: O valor mínimo para a venda não poderá ser inferior a 75% da avaliação.
3. COMISSÃO DO CORRETOR: o licitante (adquirente) deverá pagar ao Sr. Corretor, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço da alienação.

A comissão devida não integra (não está inclusa) o valor da proposta, e não será devolvida ao licitante (adquirente) em nenhuma hipótese, salvo se a alienação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do licitante (adquirente), deduzidas as despesas incorridas.

A comissão devida ao corretor deverá ser paga pelo licitante /adquirente no prazo máximo e improrrogável de 24 horas após a homologação da proposta, diretamente na conta corrente apresentada pelo corretor judicial.

4. PREFERÊNCIA: ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte ordem:

a) O pagamento à vista;

- b) A proposta com menor número de parcelas;
- c) A proposta que tiver sido recebida em primeiro lugar.

5. FORMAS DE PAGAMENTO:

- a) À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 24 horas a contar da intimação da homologação da proposta vencedora.
- b) A PRAZO, com 25% (vinte e cinco por cento) de entrada e o restante em até 06 (SEIS) parcelas mensais fixas e consecutivas, sempre por meio de depósito judicial. O parcelamento em lapso temporal maior que 06 (SEIS) meses ficará sob apreciação do M.M. Juízo responsável pela alienação.

Em caso de não pagamento ou atraso superior a dez dias de qualquer das parcelas, a licitação será desfeita, perdendo o licitante/adquirente 100% do valor já depositado em favor da execução. No caso de atraso de pagamento igual ou inferior a 10 dias, a parcela em atraso sofrerá acréscimo de multa de 10%

6. ALIENAÇÃO: A alienação dos bens será formalizada pôr termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, principalmente quanto aos embargos e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as obrigações assumidas; e declarar também a total veracidade das informações prestadas.

Após o prazo legal e comprovação da quitação do ITBI, será expedida a carta de alienação para registro imobiliário.

7. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

- a) Por agendamento, mediante contato direto com o Corretor, pelos números de telefones 55 (19) 3896-1400 ou (19) 99919-2010.
- b) Mediante propostas no site.
- c) Ou, antes do encerramento da alienação, através de e-mail: benito@benitosolucoesjudiciais.com.br (<mailto:benito@benitosolu%C3%A7oesjudiciais.com.br>).

8. ÔNUS: de acordo com o que dispõe o parágrafo único do artigo 130, do CTN, ficam os bens imóveis livres de ônus tributários, ficando caracterizada aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o licitante e o anterior proprietário do bem.

Dessa forma, sub-rogados os tributos devidos no preço pago quando da aquisição do bem, não há responsabilidade do adquirente pelo pagamento dos tributos lançados em decorrência do bem transmitido. Após pagos todos os débitos do processo trabalhista, não sendo suficiente o remanescente para quitação de eventuais impostos (IPVA, IPTU, INSS), taxas de licenciamento, multas, etc, o órgão competente deverá ajuizar a ação no Juízo competente contra o sujeito passivo da obrigação, quer tributária ou não.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS: Fica autorizado ao Corretor Judicial, ou quem ele designar, efetuar visitas ao local onde se encontram os bens submetidos à venda direta, podendo fotografar os bens, independentemente do acompanhamento de Oficial de Justiça.

É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de incorrer em ato atentatório à dignidade da justiça, com imposição de multa de até 20 por cento do valor da causa, nos termos do parágrafo 2º do artigo 77 do NCPC.

Havendo acordo entre as partes ou pagamento da dívida, com desconstituição da penhora e consequente encerramento do procedimento da venda direta, a executada responderá pelo valor devido ao CORRETOR, no importe de 5% sobre o valor da execução ou da avaliação do bem, o que for menor. Somente se eximirá a executada do pagamento se o acordo for apresentado em juízo até 30 (trinta) dias antes do encerramento da alienação.

A publicação do edital servirá como ciência, suprindo inclusive eventual insucesso nas notificações pessoais, dos respectivos patronos e terceiros, com outros gravames nos bens penhorados.

Cientes os interessados de que poderão existir outros gravames sobre os bens objeto de constrição judicial, bem como sobre o estado declarado no auto de penhora que não os especificados no edital, motivo pelos quais deverão verificar por conta própria, a existência de outros ônus sobre os bens e a existência de vícios.

Após o recebimento do Auto e/ou Carta de Alienação, o proponente deverá noticiar a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital, no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 903 do NCPC, após o qual, não havendo manifestação, presumir-se-á o recebimento do bem, ficando autorizada a liberação dos valores arrecadados a quem de direito.

Observe-se que a autenticidade poderá ser aferida mediante consulta ao seguinte endereço na internet: <http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listVie.w.seam>, digitando no campo "número do documento" o número do respectivo código de barras.

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.

BENITO TOMAZ VICENSOTTI, Santo Antônio de Posse, 10/06/2025, Corretor Judicial inscrito CRECI/SP sob nº 78.903-F/SP.